

A comunicação como processo ético no consentimento para o uso de dados pessoais de grupos vulnerabilizados?¹

Daniele Ribeiro Moura²
Fundação Getúlio Vargas/ FGV

RESUMO

Após o advento da LGPD, o desafio da Comunicação de Direitos, tem sido em torno da tutela da privacidade dos dados, e o uso abusivo e desrespeitoso dessas informações. Mas nesses casos, presume-se que os dados sejam de pessoas visíveis ao mundo tecnológico e digital. Mas e àqueles que ainda não são vistos por essa cultura, e não têm acesso à informação, ao celular e à internet? Esse trabalho traz a comunicação como processo ético na construção e no uso de ferramentas para o consentimento de dados de pessoas que estão em situação de extrema pobreza à luz da abordagem de Lévinas e Martino.

PALAVRAS-CHAVE

Extrema pobreza; Comunicação e Alteridade; Consentimento de Dados; Grupos Vulnerabilizados; Ética

INTRODUÇÃO

No mundo contemporâneo da dataficação da vida, onde as informações, das mais simples às mais complexas, são transformadas em dígitos; onde o agir humano está baseado na interpretação da *performance* digital; onde segundo o professor André Lemos, a “Tecnologia é um Vírus”; quem não está inserido nesse mundo pode ser considerado invisível. Se pararmos para pensar que o acesso à informação é um indicador de extrema pobreza, segundo o Unicef, o Fundo das Nações Unidas³ como ficam as pessoas que sequer tem acesso à internet, no mundo “dataficado”?

O sentido da informação até aqui ainda é a mais básica possível, àquela que apenas chega de forma hipodérmica e transmissional às pessoas. Se o sentido da informação for aquela sob a perspectiva da comunicação como filosofia do diálogo de Emanuel Lévinas (1980, 1995, 2007, 2010, 2016), onde há “alteridade radical, uma relação na qual o outro escapa constantemente, mas requer de nós, nunca sem

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação, marcas e diversidade, evento integrante da programação do 28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 15 a 17 de maio de 2025.

² Mestranda do 3º trimestre do Curso de Mestrado Profissional em Comunicação Digital e Cultura de Dados/2024, email: danirmoura@gmail.com

³ O estudo "Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil" foi realizado pelo UNICEF com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) Anual, dos anos 2016 a 2022. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/os-indicadores-da-pobreza-multidimensional>

traumatizar-nos ou espantar-nos, hospitalidade, doação e justiça” o desafio de comunicar para essa população vulnerável é ainda maior. As noções de proximidade, responsabilidade e rosto bastantes presentes em Lévinas e Martino⁴ (2019) nos levam a pensar no desafio com relação aspecto relacional da comunicação e de como ela poderá se dar no mundo digital.

Na comunicação estética, ética e com alteridade que se almeja, a construção da relação com o outro se dá a partir das ações que devemos comunicar de forma responsável. A palavra “responsabilidade” vem da matriz “resposta” e “respeito” e se apresenta como parte da perspectiva deste processo comunicacional. A comunicação neste caso está ligada ao sentido de responsabilidade e alteridade no qual se respeita e se enxerga o outro e isso só se materializa quando o outro se torna visível. O ato comunicacional, nessa perspectiva, se dá pela existência do outro. Então, como chegar ao outro, se esse outro ainda não se tornou visível para a sociedade dataficada?

ANÁLISE

Se o outro permanecer estrangeiro na comunicação ética, segundo Martino (2019), perde-se a capacidade de atendê-lo na “particularidade situacional de seu sofrimento, ou seja, ao seu rosto.” O que o autor chama de “relação sem relação”, e para que ela não aconteça, sobretudo em tempos modernos, é necessária a possibilidade do acolhimento do outro, no processo de comunicação com alteridade.

A perspectiva aqui destacada sobre tempos modernos é a da dataficação, onde segundo o professor André Lemos (2021)⁵, a tecnologia é um vírus, na qual se insere um número a uma “persona” sem se levar em consideração que esse número tem um contexto, tem uma vida, uma realidade a ser considerada. E como considerar a realidade de quem ainda não está visível à sociedade? Que “persona” é essa, que é diferente da contemporaneidade dataficada, que nem sequer aparece em “números oficiais”, pois estão à margem da sociedade, sem documentos, sem acessos aos direitos, sem direito a ter direitos.

⁴ A Comunicação como ética da alteridade: pensando o conceito com Lévinas São Paulo, 2019, Martino, Luis e Marques, Ângela

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GlzfXGDpPhs>

Nesse sentido, é obrigatório tornar esse “outro” visível, e a partir daí é possível viabilizar uma comunicação ética com alteridade. E “quando se abre para a essa possibilidade, também há abertura de si para chegar a outro e assim a responsabilidade diante desse outro é construída na resposta desta interação que deverá ser fraternal, com uso da alteridade, ponto crucial da comunicação que queremos.” (Martinho, 2019).

Nota-se aqui que a comunicação é ética como processo e não apenas uma informação que se deseja transmitir. Quando o outro se torna presente é possível trazê-lo para o processo comunicacional. É possível situá-lo neste mundo contemporâneo datafocado. Há nesse processo a abertura se chegar ao outro, aproximando o conceito de fraternidade, que Lévinas traz para a construção de um processo ético de comunicação. “A fraternidade, enquanto responsabilidade por todos os outros, assegura que a justiça possa fluir a partir da inquietação e da não indiferença provocadas pela proximidade do estrangeiro, a quem oferecemos hospitalidade. (Lévinas, 2014, p. 35).”

Para Lévinas, a fonte da justiça não está somente nas normas e valores institucionais, mas nas experimentações, das sabedorias simples que suscitam novos modos de vida que não captadas estruturas formais. Nessa dimensão estética e ética da política de Lévinas, entendemos que as ferramentas comunicacionais do projeto Redes de Cidadania são produzidas, com experimentações comunicacionais, na tentativa de tornar o outro visível, fazendo da ética parte da relação comunicacional. De acordo com Martino e Marques⁶ (2019) “entende-se a comunicação como ato inapreensível em sua totalidade, mas que pode ser aproximado a partir da constituição de uma ligação intersubjetiva entre sujeitos éticos”.

A ideia é que a ética que decorre da escuta que pode impedir o autoritarismo e a universalização, conforme Carrara (2010 p.92) “toda vez que a política se afastar das exigências de responsabilidade pelo outro tão presentes no face a face”.

É dessa forma que se busca construir a comunicação ética e com alteridade no campo da comunicação comunitária do Redes de Cidadania, um projeto social que atua em Marabá desde 2023 no enfrentamento da extrema pobreza a partir de um acompanhamento multidimensional. Esse trabalho exige um processo permanente de diálogo e autocrítica do projeto. Outra questão importante é estimular o receptor a participar e se colocar. As populações precarizadas, em geral, enfrentam problemas de

⁶ A Comunicação como ética da alteridade: pensando o conceito com Lévinas, São Paulo, 2019, Martino, Luis e Marques, Ângela

autoestima, com raras exceções – consequência do processo de negligência e apagamento das populações pobres e negras.

Nessa perspectiva, é possível que o comunicador, ou seja, quem leva a informação, o articulador do projeto Redes de Cidadania, se colocar na mesma posição do receptor, nessas comunidades fragilizadas? Que tipo de diálogo se estabelece? E as diferenças? E as culturas? Como informar/formar sem estabelecer uma relação hierárquica. Esses são os desafios éticos rotineiros e diários dentro do processo ético de comunicação do projeto. E é a partir desses desafios que a comunicação é pensada, que as narrativas são escolhidas para que o discurso possa contemplar o outro com suas diferenças. “O discurso original “não se estabelece entre iguais, mas entre desiguais, porque deriva de uma situação infinitamente complexa, um encontro desde posições diversas e irredutíveis uma à outra” (Souza, 2000, p. 37)

O “outro” nesse processo comunicacional do projeto Redes de Cidadania, são mulheres, chefes de família, com pouca instrução, analfabetas ou com até o 2º ano do Ensino Fundamental, sem acesso a direitos fundamentais básicos, com diversos filhos e com moradia precária. São 1080 famílias cadastradas na iniciativa (80% chefiadas por mulheres⁷) e para cada uma delas é necessária a captura de dados sensíveis para um banco de dados. E a partir dessa coleta, é possível pensar em estruturar um plano de acompanhamento familiar que possa combater a extrema pobreza multidimensional. Portanto, é aconselhável que no momento da visita à família o articulador local - representante do projeto em campo - explique as práticas que serão utilizadas e os porquês de tantos documentos e assinaturas ou “colocar o dedo na almofada” já que muitos são os analfabetos.

O texto legal criado para o termo de consentimento não facilita o entendimento, a compreensão desse conteúdo a esse público que aqui chamo de invisíveis sociais. Portanto, para uma comunicação ética, a partir do diálogo constante com as referências familiares – que inclui uma conversa presencial olho no olho sem interrupção para a criação do vínculo - , foi criado de um vídeo⁸ com o objetivo de aumentar a acessibilidade, facilitando o processo comunicacional ético com palavras mais simples e próximas à realidade dessas famílias. Além disso, cada termo impresso contém o

⁷ Dados do projeto Redes de Cidadania https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/c9fc8757-2bc9-4e7d-b9e5-6d6e34377c7f/page/p_v7w3k9gakd

⁸ Disponível em <https://youtu.be/cFVEa94IOCI>

QRcode com o endereço deste vídeo explicativo, para facilitar a comunicação com outros membros da família, vizinhos, já que uma das cópias fica com a pessoa que cede os dados.

Isso requer, evidentemente, um tempo para a experiência, raramente encontrado na velocidade das ações cotidianas – não por acaso, a velocidade é um aspecto fundamental da informação, mas não da comunicação – condições disso são tratadas em Trivinho (2011). O abrir-se para o outro é um processo inscrito em um tempo específico de reconhecimento da presença da alteridade diante do articulador com a referência familiar, membro da família responsável pelos demais. O ato de comunicar se apresenta, neste momento, como ação ética, na medida em que não existe comunicação sem a pressuposição de uma alteridade com a qual se estabelece um contato com a diferença, e sendo afetada por ela.

No processo de formação dos articuladores de campo do projeto está incluída a percepção dos gestos, olhares e posturas diante das famílias. Os articulares são orientados a desligarem celulares e, se possível, visitar as casas num momento onde as chefes de família possam, de fato, escutar e estarem dispostas a criarem vínculos.

E, claro, que se tratando de grupos vulnerabilizados, nem sempre isso se dá na primeira visita, muitas vezes, no terceiro encontro. Martinho traz a reflexão de que nesse processo ético pouco importa o “meio” o mais relevante é a presença da alteridade. “O ato de comunicar independe da especificidade do médium para se instaurar. Daí que essa relação com a alteridade não depende da presença “física” do outro para acontecer, mas pode se instaurar em qualquer tipo de relação mediada na qual exista a presença dessa abertura para a alteridade.” (Martino, 2019)

Nesse “encontro” o outro é chamado para uma demanda irrecusável, a partir das diferenças, do reconhecimento das estranhezas. “A relação primordial com outro, contudo, visa acessar essa estranheza: ela é feita na linguagem, pois requer uma resposta ao outro diante de sua demanda irrecusável” (Rolando, 2001). Para de fato haver a relação ética enquanto processo de comunicação, “o outro” deverá permanecer “outro”, com suas estranhezas, diferenças, territorialidades, vivências. Não pode haver naturalização do “outro”, sobretudo quando se trata de pessoas em situação de extrema pobreza. É necessário sempre espantar-se, conforme Lévinas, (2007, p.35) “sou ser

humano na medida em que consigo sair do meu ser para me tornar humano na hospitalidade e acolhimento do outro”.

CONCLUSÃO

A compreensão da fonte da Justiça está nas experimentações, nas sabedorias simples que suscitam novos modos de vida com dignidade. Nesse processo de troca, situando o outro e o respeitando e o acolhendo, que a comunicação do projeto Redes de Cidadania se constrói, na responsabilidade por uma alteridade que se respeita o outro e isso é materializado nas respostas que o projeto pode dar para essas 1080 famílias. É um ciclo ético, uma roda viva de aprendizados constantes onde o respeito e a resposta são premissas fundamentais.

REFERÊNCIAS

- MARTINO, Luis, MARQUES, Ângela, **A comunicação para Alteridade**, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 5 a 8 de junho de 2018.
- CARRARA, O. **Lévinas: do sujeito ético a sujeito político**. São Paulo: Ideias & Letras, 2010.
- LÉVINAS, E. **Ética e Infinito**. Lisboa: Ed. 70, 2007.
- SANTOS, M. L. L. Q. **Subjetividade como responsabilidade em Lévinas: quando a alteridade atravessa o sujeito**. Recife: UFPE (Dissertação de Mestrado), 2004.
- MARTINO, L. M. S. **De um eu ao outro: narrativa, identidade e comunicação com a alteridade**, 2016
- LEMOS, André, **palestra à Sociedade Brasileira de Computação**, 2021, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GlzfXGDpPhs>
- UNICEF, o estudo "**Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil**" com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) Anual, dos anos 2016 a 2022. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/os-indicadores-da-pobreza-multidimensional>
- MARTINO, Luis, MARQUES, Ângela, **A Comunicação como ética da alteridade: pensando o conceito com Lévinas** São Paulo, 2019.
- CIDADANIA, Redes, dados coletados pelo projeto **Redes de Cidadania**, iniciativa de enfrentamento da extrema pobreza em Marabá –PA, disponível em https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/c9fc8757-2bc9-4e7d-b9e5-6d6e34377c7f/page/p_v7w3k9gakd
- CIDADANIA, Redes, video de acessibilidade para o entendimento da autorização de uso de imagem das famílias ao **Redes de Cidadania**, iniciativa de enfrentamento da extrema pobreza em Marabá –PA, disponível em <https://youtu.be/cFVEa94IOCI>



Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
28º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste - Campinas/SP - 15 a 17/05/2025